

Ventos de São Ricardo Energias Renováveis S.A.

Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022

ÍNDICE

Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis 1

Demonstrações contábeis auditadas

Balancos patrimoniais 4

Demonstrações dos resultados 5

Demonstrações dos resultados abrangentes 6

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 7

Demonstrações dos fluxos de caixa 8

Notas explicativas às demonstrações contábeis 9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas e Administradores da
Ventos de São Ricardo Energias Renováveis S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Ventos de São Ricardo Energias Renováveis S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Boards Standards (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de setembro de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP-034519/O



Adilvo França Junior
Contador CRC- 1BA021419/O

Ventos de São Ricardo Energias Renováveis S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	2022	2021
<u>ATIVO CIRCULANTE</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	12	29
Outros ativos		12	13
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		24	42
<u>ATIVO NÃO CIRCULANTE</u>			
Imobilizado, líquido	4	874	455
Intangível, líquido	5	103	-
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		977	455
TOTAL DO ATIVO		1.001	497
<u>PASSIVO CIRCULANTE</u>			
Fornecedores	6	5	83
Outros tributos a pagar		4	37
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		9	120
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
Capital social subscrito		1.723	1.219
Capital social a integralizar		-	(132)
Prejuízos acumulados		(731)	(710)
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7	992	377
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.001	497

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Ventos de São Ricardo Energias Renováveis S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	2022	2021
Gerais e administrativas	8	(19)	(345)
Outras receitas (despesas) operacionais	9	5	(272)
TOTAL DAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS		(14)	(617)
Despesas financeiras	10	(7)	(1)
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO		(7)	(1)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(21)	(618)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ventos de São Ricardo Energias Renováveis S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	2022	2021
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		
Outros resultados abrangentes	(21)	(618)
	-	-
TOTAL DOS RESULTADOS ABRANGENTES, LIQUIDO DE IMPOSTOS	(21)	(618)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ventos de São Ricardo Energias Renováveis S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Descrição	Notas	Capital social subscrito e integralizado	Capital a integralizar	Lucros (prejuízos) acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2020		2.001	(644)	(92)	1.265
Aumento de capital		1.500	-	-	1.500
Redução de capital		(2.282)	-	-	(2.282)
Capital social integralizado		-	512	-	512
Prejuízo do exercício		-	-	(618)	(618)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	7	1.219	(132)	(710)	377
Aumento de capital		504	-	-	504
Capital social integralizado		-	132	-	132
Prejuízo do exercício		-	-	(21)	(21)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	7	1.723	-	(731)	992

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Ventos de São Ricardo Energias Renováveis S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	2022	2021
Atividades operacionais:			
Prejuízo do exercício		(21)	(618)
Variação de ativos e passivos operacionais		<u>(110)</u>	<u>98</u>
Caixa líquido (aplicado) nas atividades operacionais		(131)	(520)
Atividades de investimentos:			
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	4	(522)	(925)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimentos		(522)	(925)
Atividades de financiamentos:			
Aumento de capital	7	504	1.500
Integralização de capital	7	132	512
Partes relacionadas - financiamentos		-	(586)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos		636	1.426
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa		(17)	(19)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		29	48
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		12	29

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Ventos de São Ricardo Energias Renováveis S.A., (“Companhia”), situada na Cidade de Lajes, Estado do Rio Grande do Norte, Fazenda Salgadinho, foi constituída em 21 de agosto de 2019, tem por objeto social a exploração, em nome próprio ou através da participação em consórcios ou sociedades, de usina de geração de energia elétrica, na forma permitida em lei e mediante a obtenção das respectivas concessões e autorizações; a produção e comercialização de energia elétrica a partir de fonte eólica; a aquisição, no mercado interno e externo, dos equipamentos, bens e serviços necessários para tal desiderato; e a implantação, administração e operação de centrais geradoras, bem como o desenvolvimento de projetos, a prestação de serviços de consultoria de projetos de geração de energia elétrica..

Em 2022 a Companhia é controlada diretamente pela AES Tucano Holding I S.A. e indiretamente pela AES Brasil Energia S.A. (“AES Brasil”) e pela The AES Corporation (sediada nos Estados Unidos da América).

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 27 de setembro de 2024, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis, submetendo-as nesta data à aprovação dos Acionistas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

2.2 Continuidade operacional

Considerando a data de emissão dessas demonstrações contábeis, em 31 de dezembro de 2022, ainda em fase pré-operacional estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Companhia faz o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - CONTINUAÇÃO

As principais premissas, avaliações e estimativas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis e apresentadas nas notas explicativas são: reconhecimento e mensuração de aquisições de ativos, vida útil dos bens do imobilizado, perda por redução ao valor recuperável de ativos não circulantes ou de longa duração, recuperação dos impostos diferidos ativos e valor justo de instrumentos financeiros.

2.5 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2022

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”). A aplicação de tais alterações quando aplicáveis, e que resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis adotadas pela Companhia foram apresentadas nas respectivas notas explicativas.

2.6 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2022

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, foram avaliadas e, até o momento, não foi identificado a possibilidade de ocorrência de impactos significativos para essas normas e interpretações novas e alteradas. A Companhia pretende adotá-las, se aplicável, quando entrarem em vigor.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa estão classificados como custo amortizado, reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, pelos juros calculados com base no método de taxa de juros efetiva.

	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa		
Numerário disponível	12	29
Total	12	29

4. IMOBILIZADO

A Companhia utiliza critérios definidos pelo Órgão Regulador, para determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado, respectivamente, desde que aderentes às práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS.

Os bens do ativo imobilizado foram inicialmente mensurados a custo na data de aquisição, e são deduzidos das respectivas depreciações nas mensurações subsequentes.

A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas determinadas pela ANEEL, que na avaliação da administração, representam a vida útil dos bens, limitando-se ao período de autorização.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

4. IMOBILIZADO - CONTINUAÇÃO

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado pelo seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido em "Outras receitas e despesas operacionais" na demonstração do resultado.

(a) A composição do ativo imobilizado é a seguinte:

	2022		2021
	Custo	Saldo líquido	Saldo líquido
Imobilizado em curso (i)	874	874	455
Total Imobilizado	874	874	455

(i) O saldo de imobilizado em curso é composto, por gastos com o início da construção do Complexo São Ricardo, principalmente relacionados com o contrato firmado para o fornecimento das turbinas eólicas, bem como com obras civis e elétricas. Esses ativos serão classificados como imobilizado em serviço assim que entrarem em operação.

(b) Movimentação do ativo imobilizado

A movimentação dos saldos de ativo imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é como segue:

	Saldos em 31 de dezembro de 2021	Adições	Saldos em 31 de dezembro de 2022
Imobilizado em curso	455	419	874
Total Imobilizado	455	419	874

	Saldos em 31 de dezembro de 2020	Adições	Cisão parcial (i)	Saldos em 31 de dezembro de 2021
Máquinas e equipamentos	-	244	(244)	-
Imobilizado em curso	1.812	681	(2.038)	455
Total Imobilizado	1.812	925	(2.282)	455

(i) Em 31 de dezembro de 2021, foi realizado a cisão parcial pela Companhia no montante de R\$ 2.282, com incorporação do Acervo Cindido pelas 10 SPEs do Complexo Eólico Ventos de São Ricardo.

A Companhia revisa, no mínimo, anualmente, a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração. O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não identificou indicadores de perda do valor recuperável de seu ativo imobilizado.

5. INTANGÍVEL

Ativos intangíveis são registrados ao custo de aquisição ou pelo valor justo dos intangíveis adquiridos em combinação de negócio, menos a amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Esses intangíveis possuem vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução o valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social.

	2022		2021
	Custo	Saldo líquido	Saldo líquido
Software e outros intangíveis em curso	103	103	-
Total Intangível	103	103	-

A Movimentação do intangível é como segue:

	Saldos em 31 de dezembro de 2021	Adições	Saldos em 31 de dezembro de 2022
Software e outros intangíveis em curso	-	103	103
Total Intangível	-	103	103

6. FORNECEDORES

	2022	2021
Materiais e Serviços	5	83
Total	5	83

7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social

Em 31 de dezembro de 2021 o capital subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 1.723 (R\$ 1.219 em 31 de dezembro de 2021) o quadro acionário da Companhia é composto como segue:

	2022		2021	
	Ordinárias		Ordinárias	
	Quantidade	%	Quantidade	%
AES Tucano Holding I S.A.	4.004.587	100	3.501.000	100
Total	4.004.587	100	3.501.000	100

Aumento de capital

Em 30 de dezembro de 2022, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária para disciplinar sobre matéria da proposta de aumento de capital da Companhia no montante de R\$ 504, dividido em 503.587 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A matéria foi aprovada por unanimidade decorridos os ritos processuais determinados na Lei nº 6.404/1976, art.174.

7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONTINUAÇÃO

Integralização de capital

Em janeiro e março de 2022, foi realizado a integralização do capital no montante de R\$ 132 em moeda corrente pela AES Tucano Holding I S.A.

8. GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2022	2021
Serviços de terceiros	(19)	(208)
Outros tributos	-	(100)
Outras despesas	-	(37)
Total	(19)	(345)

9. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	2022	2021
Despesa com cessão de uso	-	(272)
Outros	5	-
Total	5	(272)

10. RESULTADO FINANCEIRO

	2022	2021
Despesas financeiras		
Tarifas e encargos bancários	(7)	-
Outras despesas financeiras	-	(1)
Subtotal	(7)	(1)
Total Líquido	(7)	(1)

11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

11.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses), referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar, análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS - CONTINUAÇÃO

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

Nota	2022		2021		Categoria
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
ATIVO (Circulante e não circulante)					
Caixa e equivalentes de caixa (numerário disponível)	3	12	12	29	Custo amortizado
Total		12	12	29	
PASSIVO (Circulante e não circulante)					
Fornecedores	6	5	5	83	Custo amortizado
Total		5	5	83	

11.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta principalmente a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. Os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

(a) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

(a.1) Risco de crédito

Consiste no risco da Companhia incorrer em perdas devido a uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda destes valores.

A Companhia atua de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras e aos respectivos ratings das principais agências.

A Companhia utiliza a classificação das agências *Fitch Ratings* (Fitch), *Moody's* ou *Standard & Poor's* (S&P) para identificar os bancos elegíveis de composição da carteira de investimentos. Quaisquer instituições financeiras que apresentem, em pelo menos uma das agências de risco, rating inferior ao estabelecido (AA-), em escala nacional em moeda local, não poderão fazer parte da carteira de investimentos.

Quanto aos valores de exposição máxima por instituições financeiras, vale o mais restritivo dos seguintes critérios definidos pela Companhia: (i) Critério de Caixa: Aplicações de no máximo 20% (Patrimônio Líquido (PL) da instituição financeira inferior a R\$6.000.000) até 25% (PL superior a R\$6.000.000) do total da carteira por instituição financeira. (ii) Critério de Patrimônio Líquido da Companhia: Aplicações de no máximo 20% de seu PL por instituição financeira; e (iii) Critério de PL da instituição financeira recebedora de recursos: Cada instituição financeira poderá receber recursos de no máximo 3% (PL inferior a R\$6.000.000) até 5% (PL superior a R\$6.000.000) de seu PL. Vale o mais restritivo dos critérios i, ii e iii.

11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS - CONTINUAÇÃO

A exposição máxima ao risco do crédito na data base de 31 de dezembro de 2022 é a seguinte:

	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	12	29
Total	12	29

(a.2) Risco de liquidez

O risco de liquidez acontece com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados, (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge exclusivamente para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia:

	Menos de 3 meses	Saldos em 31 de dezembro de 2022	Saldos em 31 de dezembro de 2021
Fornecedores	5	5	83
Total	5	5	83

12. EVENTOS SUBSEQUENTES

Combinação de negócios entre a AES Brasil e a Auren

Em 15 de maio de 2024, a controladora indireta AES Brasil Energia S.A. ("AES Brasil") comunicou ao mercado a celebração, após aprovação pelo seu Conselho de Administração, juntamente com a AES Holdings Brasil Ltda., a AES Holdings Brasil II Ltda., a Auren Energia S.A. ("Auren") e a ARN Holding Energia S.A., o Acordo de Combinação de Negócios e Outras Avenças ("Transação") por meio do qual, entre outras matérias, regularam a combinação de negócios entre a AES Brasil e a Auren, a ser realizada por meio de reorganização societária que, ao final, resultará na conversão da AES Brasil em subsidiária integral da Auren e a unificação das bases acionárias da AES Brasil e da Auren.

Após o cumprimento ou renúncia de todas as condições precedentes à Transação dispostas no Business *Combination Agreement*, será aberto, para os acionistas da AES Brasil, um período de escolha da opção que desejem exercer no âmbito da Transação.

Uma vez finalizada a documentação necessária, incluindo o protocolo e justificativa da Incorporação de Ações e da Incorporação, as administrações da AES Brasil e da Auren convocarão as respectivas assembleias gerais de acionistas para deliberação das matérias relacionadas à Transação.

A condição precedente relativa à aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE foi concluída em 14 de junho de 2024 e a aprovação pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL em 06 de setembro de 2024, remanescendo pendentes outras condições precedentes para a conclusão da Transação, dentre as quais, a aprovação ("waivers") dos debenturistas e demais credores, bem como a ratificação da celebração do Acordo pelo Conselho de Administração da AES Brasil.

12. EVENTOS SUBSEQUENTES - CONTINUAÇÃO

Aumento de capital

Em 31 de março de 2023, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária para disciplinar sobre matéria da proposta de aumento de capital da Companhia no montante de R\$ 280, dividido em 280.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A matéria foi aprovada por unanimidade decorridos os ritos processuais determinados na Lei nº 6.404/1976, art.174.

Em 30 de junho de 2023, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária para disciplinar sobre matéria da proposta de aumento de capital da Companhia no montante de R\$ 100, dividido em 100.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A matéria foi aprovada por unanimidade decorridos os ritos processuais determinados na Lei nº 6.404/1976, art.174.

Em 29 de dezembro de 2024, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária para disciplinar sobre matéria da proposta de aumento de capital da Companhia no montante de R\$ 110, dividido em 110.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A matéria foi aprovada por unanimidade decorridos os ritos processuais determinados na Lei nº 6.404/1976, art.174.

Em 31 de março de 2024, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária para disciplinar sobre matéria da proposta de aumento de capital da Companhia no montante de R\$ 180, dividido em 180.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A matéria foi aprovada por unanimidade decorridos os ritos processuais determinados na Lei nº 6.404/1976, art.174.

Em 30 de junho de 2024, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária para disciplinar sobre matéria da proposta de aumento de capital da Companhia no montante de R\$ 180, dividido em 180.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A matéria foi aprovada por unanimidade decorridos os ritos processuais determinados na Lei nº 6.404/1976, art.174.